|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DECISÕES TOMADAS EM CIRCUITO DELIBERATIVO (21/10 a 3/11/2022)** | | | | | | | | |
| **Circuito Deliberativo** | **Processo** | **Unidade Autora** | **Assunto** | **Diretor**  **Relator** | **Resolução de Diretoria** | **Data** | **Decisão** | **Votação** |
| 138/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.227583/2022-86 | SDL | Medidas regulatório-cautelares para contingenciamento de efeitos negativos sobre o abastecimento nacional de combustíveis | Rodolfo Henrique de Saboia | 564/2022 | 01/11/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, tendo em vista o exposto no processo administrativo nº 48610.227583/2022-86, na Nota Técnica nº 8/2022/SDL-CREG/SDL/ANP-RJ (SEI 2575675) e com base no Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 5/2022/SDL (SEI 2575654), resolve, por unanimidade entre os votantes:  I) aprovar as MEDIDAS REGULATÓRIO-CAUTELARES PARA CONTINGENCIAMENTO DE EFEITOS NEGATIVOS SOBRE O ABASTECIMENTO NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, abaixo indicadas:  - Liberação da vinculação de marca para vendas de distribuidores a revendedores de GLP - suspensão cautelar do art. 18, §1º, alíneas b e c, e do art. 22 da Resolução ANP nº 51, de 2016, com base no dispositivo constante do art. 37 da mesma normativa;  - Suspensão da exigibilidade de estoques operacionais mínimos - suspensão cautelar dos art. 1º e 4° da Resolução ANP nº 45 de 2013, com base no dispositivo constante do art. 10 da mesma normativa; dos art. 1º e 4º da Resolução ANP nº 5, de 2015, com base no dispositivo constante do art. 10 da mesma normativa; dos art. 1º e 4º da Resolução ANP nº 6, de 2015, com base no dispositivo constante do art. 10 da mesma normativa;  - Ampliação da permissão da venda de combustíveis entre TRR e revendas varejistas - suspensão cautelar da eficácia da segunda parte do art. 20 da Resolução ANP nº 8, de 2007, "e destes com revendedores varejistas", com base nos art. 26 e 27-A da mesma normativa; e  - Liberação da cessão de espaço, independente de homologação, entre distribuidores de combustíveis líquidos e TRR - suspensão cautelar do art. 31 da Resolução ANP nº 58 de 2014, com base no art. 43 da mesma normativa, e do art. 18 da Resolução ANP nº 8, de 2007, com base no art. 27-A da mesma normativa.  II) a eficácia temporal das medidas regulatório-cautelares deverá ser limitada à manutenção das condições fáticas que ensejaram sua concessão. Neste sentido, sempre que evidenciados fatos novos, caberá à Diretoria Colegiada da ANP, nos termos do art. 65, da Portaria ANP nº 265/2011, ratificar ou confirmar as medidas adotadas. | DG  DIR 2  DIR 4 |
| 121/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.005997/2014-46 | SGP | Nomeação de Cargo Comissionado na SDP | Daniel Vieira | 563/2022 | 01/11/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.005997/2014-46, resolve, por unanimidade entre os votantes:  1) nomear MARIANA CAVADINHA COSTA DA SILVA no cargo comissionado de Superintendente da SDP, CGE I, exonerando-a do cargo de Superintendente Adjunta da SDP, CGE III;  2) nomear ARIELE LISITA SILVA, no cargo comissionado de Assistente de Superintendência, CAS II, na SDP; e  3) nomear MURIEL CORTEZ GUERRERO no cargo de Coordenador de Fiscalização de Campos do Pós-Sal, CCT III, na SDP. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 119/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.011990/2013-82 | SGP | Nomeação de Cargo Comissionado na SDT | Symone Araújo | 562/2022 | 01/11/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.011990/2013-82, resolve, por unanimidade entre os votantes:  Nomear MARCELO PAIVA DE CASTILHO CARNEIRO no cargo comissionado de Superintendente, CGE I, na SDT, exonerando-o do cargo comissionado de Superintendente, CGE I, na SDP. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 122/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.221081/2022-41 | SGE | Dilação de prazos para o envio de informações pelos agentes regulados, em função da indisponibilidade dos sistemas da ANP | Rodolfo Saboia | 561/2022 | 31/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.221081/2022-41, tendo em vista o exposto na Nota Técnica nº 199/2022/SDP/ANP-RJ (SEI [2444058](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2643483&id_procedimento_atual=2630869&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=14702f1d4d12793af88b62c1a7837a2b0b6c2ef0ef4e38a51b258d54f01da7d3)), na Nota Técnica de Regulação nº 6/2022/SGE/ANP-RJ (SEI [2484206](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2686745&id_procedimento_atual=2630869&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=02051680a58c5ec602685ce720ad0e070b97821f03656e2fc5bef7b642e15a1b)), no Parecer nº 00312/2022/PFANP/PGF/AGU, aprovado pelo Despacho nº 01986/2022/PFANP/PGF/AGU (SEI [2548645](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2755474&id_procedimento_atual=2630869&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=486e6f4d5aa736ae2a808f7af5a917ca5ef07df64b92cbbd50374686acf8fd59)), e com base no Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 9/2022/SGE (SEI [2484201](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2686740&id_procedimento_atual=2630869&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=f2207af4055bd632e99fbf30a3d8ab7afb3f31c04eec361eca24ef12334707f1)), resolve, por unanimidade entre os votantes:  I) aprovar a dispensa de AIR, com base no disposto nos incisos I e III do art. 4º do Decreto nº 10.411, de 2020;  II) aprovar a publicação da resolução que estabelece dilação de prazos para a remessa de informações à ANP pelos agentes regulados para poços, áreas de desenvolvimento e campos na fase de produção, previstos nos instrumentos que menciona; e  III) convalidar as decisões da SDP de estabelecer prazos adicionais para a remessa de informações à ANP pelos agentes regulados para poços, áreas de desenvolvimento e campos na fase de produção, que estejam em conformidade com os prazos estabelecidos na resolução proposta. | DG  DIR 1  DIR 3  DIR 4 |
| 115/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.214336/2022-10 | SCL | Proposta de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e TotalEnergies EP Brasil Ltda. (Total), para os blocos P-M-1267 e P-M-1349 (Concessão BM-P-2), de operação da Petrobras em parceria com a Total, relativo ao descumprimento da cláusula de conteúdo local de contratos de exploração e produção de petróleo extintos ou com fases encerradas, conforme a Resolução ANP nº 848/2021 | Claudio de Souza | 560/2022 | 31/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.214336/2022-10, com base na no Relatório nº 116/2022/SCL-e, no Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 8/2022/SCL, bem como no Parecer nº 283/2022/PFANP/PGF/AGU, aprovado pelo Despacho nº 1345/2022/PFANP/PGF/AGU, emanados pela Procuradoria Geral junto à ANP, resolve, por unanimidade entre os votantes:  Aprovar integralmente a proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) apresentada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (agente responsável), em parceria com a TotalEnergies EP Brasil Ltda. – Total (compromissária), com base no inciso I do art. 11 da Resolução ANP nº 848/2021, com valor de referência de R$ 468.115,72 (quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e quinze reais e setenta e dois centavos), atualizados pelo IGP-DI - referência dezembro de 2021, a ser concluído até 31 de dezembro de 2025. | DG  DIR 1  DIR 3  DIR 4 |
| 114/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.214112/2022-16 | SCL | Proposta de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - Petrobras e PETRONAS PETRÓLEO BRASIL LTDA. - Petronas, para o bloco C-M-401, de operação da Petrobras em parceria com a Petronas, relativo ao descumprimento da cláusula de conteúdo local de contratos de exploração e produção de petróleo extintos ou com fases encerradas, conforme a Resolução ANP nº 848/2021 | Claudio de Souza | 559/2022 | 31/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.214112/2022-16, com base na no Relatório nº 113/2022/SCL-e, no Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 7/2022/SCL, bem como no Parecer nº 282/2022/PFANP/PGF/AGU, aprovado pelo Despacho nº 1344/2022/PFANP/PGF/AGU, emanados pela Procuradoria Geral junto à ANP, resolve, por unanimidade entre os votantes:  Aprovar integralmente a proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) apresentada pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (agente responsável), em parceria com a Petronas Petróleo Brasil Ltda. - Petronas (compromissária), com base no inciso I do art. 11 da Resolução ANP nº 848/2021, com valor de referência de R$ 70.397.013,14 (setenta milhões, trezentos e noventa e sete mil, treze reais e quatorze centavos), atualizados pelo IGP-DI - referência dezembro de 2021, a ser concluído até 31 de dezembro de 2025. | DG  DIR 1  DIR 3  DIR 4 |
| 112/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.216725/2022-80 | OUV | Contratação de empresa, na condição de Central de Atendimento ligada à Ouvidoria da ANP, para prestação de serviços continuados de atendimento multimeios ao usuário externo | Rodolfo Saboia | 558/2022 | 31/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.216725/2022-80, tendo em vista o exposto no Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 1/2022/OUV (SEI [2519231](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2724047&id_procedimento_atual=2499385&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=b22c06c12a829c16d50c41507f9d2fbed122bd657d1ea27ce0fb873095f1b2d1)), na Nota Técnica nº 14/2022/OUV/ANP-RJ (SEI [2419454](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2617165&id_procedimento_atual=2499385&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=7ac3dd44e70079cd8404eb0366627ad220f1810e67ec20d42027204466768cc7)), no Parecer nº 345/2022/SFO/ANP-RJ (SEI [2442580](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2641930&id_procedimento_atual=2499385&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=92ef47567393b8740e3ef5df308c7e0259e6fc9b8c27153e90099411fe5b4de7)), no Parecer nº 1178/2022/NLC/ETRLIC/PGF/AGU, aprovado pelos Despachos nº 1404/2022/PFANP/PGF/AGU e nº 1428/2022/PFANP/PGF/AGU (SEI [2474799](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2676685&id_procedimento_atual=2499385&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=074ce296b316cf4f542a0a27c3a0b82fad6e38c8eb0e19736f29fc772d1415f2)), no Ofício nº 40/2022/OUV/ANP-RJ (SEI [2481409](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2683748&id_procedimento_atual=2499385&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=98d0ea9fd28f77ab62a8cc93f0d6f1e517e1f8a931081d35ac9ed73a1ba37821)), e no Despacho nº 661/2022/SGA-CA/SGA/ANP-RJ (SEI [2518772](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2723529&id_procedimento_atual=2499385&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=c9e4762d1e17ca3f3985f4dfc0890e8ca25de5dc80cf355fb6f90aed635ab63f)), resolve, por unanimidade entre os votantes:  Autorizar Pregão Eletrônico para contratar Central de Atendimento ao usuário externo da ANP por 12 (doze) meses. | DG  DIR 1  DIR 3  DIR 4 |
| 129/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.224737/2022-88 | SDP | Aprovação de garantia de descomissionamento, na modalidade Fundo de Provisionamento, referente à Exploração e Produção de Petróleo e Gás Proveniente de Xisto do campo localizado em São Mateus do Sul/PR (Contrato de Concessão nº 48610.212133/2022-99), em substituição à Garantia Corporativa aprovada pela Resolução de Diretoria nº 494/2022 | Daniel Vieira | 557/2022 | 28/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.224737/2022-88, e tendo em vista a análise constante no Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 21/2022/SDP e na Nota Técnica nº 228/2022/SDP/ANP-RJ, resolve, por unanimidade entre os votantes:  I) aprovar a Garantia de Descomissionamento apresentada pela Paraná Xisto S.A., na modalidade Fundo de Provisionamento, para assegurar os recursos financeiros para o descomissionamento das instalações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Proveniente de Xisto do campo localizado em São Mateus do Sul/PR (Contrato de Concessão nº 48610.212133/2022-99), no valor de R$ 31.183.190,00 (trinta e um milhões, cento e oitenta e três mil, cento e noventa reais);  II) aprovar a substituição da Garantia Corporativa (SEI nº 2521863 do Processo Administrativo nº 48610.216880/2022-04), aprovada por meio da Resolução de Diretoria nº 494/2022;  III) determinar que a contratada deverá atualizar anualmente, até 30 de junho de cada ano, o valor da garantia por meio do Modelo de Aporte Progressivo, nos termos da Resolução ANP nº 854/2021; e  IV) dar ciência que a ANP se reserva no direito de revisar a Garantia e os valores a serem aportados, ou exigir outras modalidades de garantias financeiras nos termos da legislação específica. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 118/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48611.204454/2019-12 | SFI | JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO EM FASE DE SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA | Daniel Vieira | 556/2022 | 27/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48611.204454/2019-12, e com base no DESPACHO DE PROPOSTA PARA DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA Nº 43/2022/SFI-CREV/SFI ([2521766](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2726749&id_procedimento_atual=562575&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=62c6102e06f41549d472d77f00814bf681491c00b26959247a2828dc695a9549)) e no Despacho SFI-CREV/SFI/ANP-RJ Nº 340/2022 ([2224763](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2408750&id_procedimento_atual=562575&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=d82c54360ad66e84c5748e676bdd2cbc8eb0f13af14c5d1c16ec911147cb5f2c)), resolve, por unanimidade entre os votantes:  Negar provimento ao recurso interposto peloRevendedor Varejista de Combustíveis Q. AVELINO NETO, com manutenção da decisão de 1ª instância, que determina a aplicação de pena pecuniária e de pena de suspensão das atividades do autuado pelo prazo de dez dias. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 117/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48611.203840/2019-89 e 48611.204420/2019-10 | SFI | JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO EM FASE DE SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA | Daniel Vieira | 555/2022 | 27/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48611.203840/2019-89 e nº 48611.204420/2019-10, e com base no DESPACHO DE PROPOSTA PARA DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA Nº 42/2022/SFI-CREV/SFI ([2521641](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2726613&id_procedimento_atual=483733&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=a7fbd1f38fa296a364a607ed64bdde548c69441826a06893581abda79294669e)) e nos Despachos SFI-CREV/SFI/ANP-RJ Nº 22/2022 e Nº 185/2022, resolve, por unanimidade entre os votantes:  I) negar provimento aos recursos interpostos pelos Revendedores de GLP POSTO EXPRESSÃO - COMBUSTÍVEIS E CONVENIÊNCIAS LTDA e M. B. COM. E DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI; e  II) responsabilizar as autuadas por infração ao art. 3º, inciso XV da Lei nº 9.847/1999, e confirmar a aplicação de pena pecuniária. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 116/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.010187/2017-54 | SFI | JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO EM FASE DE SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA | Daniel Vieira | 554/2022 | 27/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.010187/2017-54, e com base no DESPACHO DE PROPOSTA PARA DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA Nº 41/2022/SFI-CREV/SFI ([2521562](https://sei.anp.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=2726527&id_procedimento_atual=677595&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000283&infra_hash=0f5f988a8cdac1f43b38d7f711168cd7fc83e21858f5eac9c5345bf25f4ee13b)) e no Despacho SFI-CREV/SFI/ANP-RJ Nº 348/2022, resolve, por unanimidade entre os votantes:  Negar provimento ao recurso interposto pelo Distribuidor de Combustíveis PETROBALL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, com manutenção da decisão de 1ª instância, que determina a aplicação de pena pecuniária. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 111/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.205723/2018-89 | SBQ | Alteração da composição do Grupo Técnico RenovaBio, instituído pela Portaria ANP nº 303, de 2 de agosto de 2018 | Daniel Vieira | 553/2022 | 27/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.205723/2018-89, e tendo em vista o exposto no DESPACHO DE PROPOSTA PARA DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA Nº 2/2022/SBQ-CGR/SBQ (2476440), resolve, por unanimidade entre os votantes:  Aprovar a minuta de Portaria constante do documento SEI 2396603, a qual altera a composição do Grupo Técnico Renovabio, instituído pela Portaria ANP nº 303, de 2 de agosto de 2018. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 120/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.200220/2021-12 | SBQ | Aditamento para reajuste e prorrogação da vigência do Contrato nº 1.029/21 firmado com a UFPA para execução do PMQC nos Estados do Pará e Amapá | Daniel Vieira | 552/2022 | 27/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.200220/2021-12, e tendo em vista o exposto no Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria n° 10/2022/SBQ-CGC/SBQ, na Nota Técnica n° 32/2022/SBQ-CGC/SBQ/ANP-RJ, no Parecer nº 420/2022/SFO/ANP-RJ e no Atestado de Conformidade do Processo com o Parecer Jurídico Referencial nº 363/2021/PFANP/PGF/AGU, resolve, por unanimidade entre os votantes:  Autorizar a emissão do 1º aditivo ao Contrato nº 1.029/2021 para prorrogar sua vigência pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 5/11/2022 a 5/11/2023, e reajustar os valores unitários do contrato em 10%, referente ao índice do IPCA/IBGE, do período de julho/2021 a junho/2022, sendo o valor total do Aditivo de R$ 2.496.634,95 (dois milhões quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos), ficando a assinatura do aditivo condicionada à apresentação de certidão de regularidade fiscal pela contratada. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 110/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.221580/2021-58 | SBQ | Resposta ao Ofício nº 99/2022/SPG-MME (2442556) | Daniel Vieira | 551/2022 | 25/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.221580/2021-58, e tendo em vista o exposto no DESPACHO DE PROPOSTA PARA DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA Nº 1/2022/SBQ (2516084) resolve, por unanimidade entre os votantes:  Aprovar o envio dos Ofícios Nº 152/2022/SIM-CAL/SIM/ANP-RJ-e (2452158), nº 216/2022/SDL-CMBIO/SDL-CMOV/SDL/ANP-RJ-e (2496047), nº 17/2022/SPC-CGI/SPC/ANP-RJ-e (2502343) e Nota Técnica nº 2/2022/SBQ/ANP-RJ (2517569), em resposta aos Ofícios nº 99/2022/SPG-MME (2442556) e nº 109/2022/SPG/MME (2517232), ratificando o posicionamento anterior de que não se vislumbra qualquer limitação, de ordem logística ou de qualidade, para utilização de óleo diesel B até o teor de 15% de biodiesel. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 105/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.223055/2021-77 | AUD | Proposta de Revisão #1 do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT 2022 | Rodolfo Saboia | 550/2022 | 24/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.223055/2021-77, tendo em vista o Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 1/2022/AUD (SEI 2509587) e a Proposta de Revisão #1 do Plano Anual de Auditoria Interna 2022 (SEI 2509468), retificada pelo Despacho de Encaminhamento da AUD, registrado sob o número SEI 2528014, resolve apovar, por unanimidade entre os votantes:  I) o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2022 – Rev #1 (SEI 2509492);  II) a destinação de 6 servidores extras à AUD, pelo período de 6 meses, com vistas a viabilizar a realização da nova ação de Avaliação A2. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 103/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48610.208237/2022-07 | SGE | Revogação expressa, em ato normativo único, de atos e dispositivos normativos, para fins de racionalização do arcabouço regulatório da ANP, em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 | Rodolfo Saboia | 549/2022 | 24/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.208237/2022-07, tendo em vista o exposto no Despacho de Proposta para Deliberação da Diretoria nº 11/2022/SGE (SEI 2503222) e no Parecer nº 195/2022/PFANP/PGF/AGU, aprovado pelo Despacho nº 852/2022/PFANP/PGF/AGU (SEI 2307199), resolve, por unanimidade entre os votantes:  I) aprovar o Relatório contendo o posicionamento final da ANP em relação às contribuições recebidas na Consulta e Audiência Públicas nº 19/2022 (SEI 2502425); e  II) aprovar a resolução que declara a revogação expressa de atos normativos, para fins de racionalização do arcabouço regulatório da ANP, em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 3  DIR 4 |
| 99/2022/SGE-CIRCUITO/SGE | 48620.000732/2017-85, 48620.201099/2019-11, 48620.204392/2019-21, 48600.204434/2019-62 e 48620.204509/2019-77 | SFI | Julgamento de recurso administrativo interposto em fase de segunda instância administrativa | Daniel Vieira | 548/2022 | 21/10/2022 | A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta dos processos nºs 48620.000732/2017-85, 48620.201099/2019-11, 48620.204392/2019-21, 48600.204434/2019-62 e 48620.204509/2019-77, com base no DESPACHO DE PROPOSTA PARA DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA Nº 38/2022/SFI-CREV/SFI (2500970) e nos Despachos SFI-CREV/SFI/ANP-RJ Nºs 39/2022 (1934344), 245/2022 (2117859), 128/2022 (2020022), 42/2022 (1936074) e 247/2022 (2119637), resolve, por unanimidade entre os votantes:  1) negar provimento aos recursos administrativos interpostos pelos Revendedores Varejistas de Combustíveis REDE TIRADENTES POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EIRELI; DRAKKAR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL EIRELI; POSTO ALTO MARACANÃ LTDA; REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, com manutenção integral da decisão de 1ª instância, que determina a aplicação de pena pecuniária; e  2) negar provimento ao pedido de revisão interposto pelo Revendedor Varejista de Combustíveis AUTOPOSTO PHOENIX DE SÃO CARLOS LTDA - AUTOPOSTO PHOENIX, com manutenção da Resolução de Diretoria nº 373/2019, que determina a manutenção integral da decisão de 1ª instância e aplicação de pena pecuniária. | DG  DIR 1  DIR 2  DIR 4 |